

ACTA N.º 04/06

Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto um** – Apreciação e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;
- Ponto dois** – Actividade Camarária;

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão pelos pedidos de substituição dos deputados do PS, Osvaldo Castro e Curto Ribeiro, que foram substituídos respectivamente pelos deputados Bruno Constâncio e Maria de Jesus Duarte. De seguida fez referência que o correio recebido se encontrava à disposição de quem o quisesse consultar. Posto isto, anunciou que estava aberto o período de antes da ordem do dia.

O deputado do PS, **Telmo Ferraz**, evocou o nome do Dr. Rui Silva falecido há 1 ano, relembrando que na altura do seu falecimento foi solicitado à Comissão de Toponímia que atribuisse o seu nome a uma rua, pelo que, questionou se o assunto foi devidamente tratado. Referiu-se também a um falecimento mais recente, do Senhor Carlos Ministro, que era uma figura de referência para a Indústria de Moldes e cuja actividade e intervenção cívica e política era reconhecida por todos, evocando igualmente o seu nome. Por fim, solicitou à Câmara, caso houvesse essa possibilidade, que colocasse os micros de uma forma mais estável, de forma a poderem fazer as suas intervenções sem que tivessem que segurá-los pela mão.

A deputada da CDU, **Alice Marques**, apresentou uma moção referente ao Dia Internacional da Mulher, que se encontra como anexo nº 1 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia** anunciou que estava em discussão a moção, para posterior votação.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que genericamente concordava com o teor da moção, mas que necessitava lê-la mais atentamente, por lhe parecer que havia alguns pontos que era necessário limar de forma a poder ser votado favoravelmente pela Assembleia.

O deputado do PSD, **Pedro André**, disse que estava de acordo com o teor da moção, mas que havia algumas referências com as quais não concordava, nomeadamente, a questão do aborto, e que ao manter-se aquela redacção votaria contra.

O deputado do BE, **João Saraiva**, disse que qualquer moção tinha que ter uma perspectiva política, tal como esta, pelo que eram totalmente favoráveis.

O **Presidente da Assembleia Municipal** apelou às diferentes bancadas que procurassem chegar a consenso, de forma a poderem aprovar a moção.

O deputado da CDU, **Saúl Fragata**, começou por dizer que se associava às palavras proferidas pelo deputado Telmo Ferraz relativamente ao falecimento do Dr. Rui Silva e

do senhor Carlos Ministro. Relativamente a este último, acrescentou que para além de ter sido um comunista, era um lutador anti-fascista e um exemplo de modéstia, humildade e descrição. No respeitante à moção em discussão disse que era justa, pelo que, votavam favoravelmente o seu conteúdo. Seguidamente questionou se havia alguma informação quanto à possibilidade de extinção do Serviço de Urgências do Centro de Saúde da Marinha Grande, dado que era o que estava a acontecer um pouco por todo o País.

O deputado do PS, **Rui Rodrigues**, referiu que provavelmente se tratava de mais uma moção daquelas que eram iguais para todo o País, sem ter em conta que havia sensibilidades diferentes, e que, sob o pretexto do Dia Internacional da Mulher, se fazia um texto com um conjunto de ideias todas misturadas, que considerava de difícil consenso. De seguida, referiu-se à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, apelando à autarquia que disponibilizasse os meios necessários para o seu bom funcionamento, dado o contexto social da Marinha Grande. Acrescentou que estava em discussão na Assembleia da República alterações à Lei relativamente ao funcionamento das Comissões, de forma a poderem trabalhar de forma mais ágil.

O **Presidente da Assembleia** recordou que estava uma moção em discussão, questionando os proponentes da mesma e os diferentes grupos parlamentares se pretendiam algum tempo para conciliar ideias, de forma a chegarem a consenso.

A deputada **Alice Marques** referiu que o desacordo entre os deputados se prendia com o conteúdo e substância da moção e não com aspectos formais, pelo que, entendia que devia ser votada tal como estava.

O **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação, resultando a sua aprovação por maioria, com 11 votos a favor, 11 abstenções e 2 votos contra. Seguidamente solicitou a sua publicação nos dois jornais locais. Por fim, passou às declarações de voto.

O deputado **Saúl Fragata** declarou que estava inteiramente de acordo com a formulação final da moção da deputada Alice Marques, e que considerava que as referências ao referendo ao aborto e à legalização da prostituição, por serem essenciais, se deviam manter.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que preferia ter votado favoravelmente a moção, mas que havia dois pontos relativamente aos quais o PS não era favorável, nomeadamente, o referendo à interrupção voluntária da gravidez e a legalização da prostituição em Portugal.

O deputado **João Saraiva** disse que era da opinião que as moções deviam expressar convicções políticas, tal como a moção que estava em causa, por isso era favorável.

O deputado **Pedro André** declarou que votou contra porque em termos políticos não estava de acordo com a generalidade da moção, e que considerava que a questão da interrupção voluntária da gravidez não era política, mas antes de consciência. Por fim deixou uma saudação a todas as mulheres do mundo.

A deputada do PS, **Isabel Ferreira**, disse que enquanto mulher era consensual que tinham muitos direitos a defender e muito porque lutar e que também estava do lado das mulheres. Referindo-se à moção disse que na sua opinião tinha muito fraseado que não tinha a ver com o vulto da questão.

O **Presidente da Câmara** em resposta a algumas das questões colocadas, esclareceu que a Comissão de Toponímia atribuiu o nome do Dr. Rui Silva a uma rua, a qual não podia identificar com exactidão na sessão.

Findo o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal anunciou que se ia passar à discussão do primeiro ponto da ordem de trabalhos.

PONTO UM – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste sentido esclareceu que como havia uma Comissão constituída com vista à redacção da nova proposta de regimento, considerava que deviam ser eles a apresentar o ponto.

O deputado **João Saraiva** começou por esclarecer que o trabalho de base foi desenvolvido pela Dr^a Susana Domingues e Dr. Rui Rodrigues e que a sua contribuição tinha sido a de apresentar propostas relativamente a alguns pontos. Saliu que no respeitante à intervenção do público houve alguma discussão no âmbito da Comissão. Disse que era da opinião, juntamente com o Dr. Rui Verdingola, de reformular a parte respeitante à intervenção do público, para que intervissem em primeiro lugar, o que não foi do consenso geral. Referiu que após discussão chegaram a um consenso que se devia dar mais dignidade à forma de intervenção do público, propondo que as sessões passassem a terminar às 24h, para o público poder intervir àquela hora.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que a obrigatoriedade do público intervir no fim das sessões decorria da Lei e por isso até à data não tinha sido possível alterar a situação. Referindo-se ao termo das sessões às 24horas, disse que apesar de concordar com a medida, achava arrojado, e que a ser aprovado, às 24h colocaria a questão aos deputados se pretendiam ou não que a sessão prosseguisse.

A 1^a secretária e deputada da Assembleia Municipal, **Susana Domingues**, na qualidade de membro integrante da Comissão de revisão do regimento, deu conta que as reuniões se tinham pautado pela obrigatoriedade de consenso nas questões discutidas. Disse que o regimento que ora apresentavam, reproduzia no essencial o que estava no anterior, mas mais completo, ajustado à legislação em vigor. Seguidamente alertou para uma correcção no n^o 1 do art^o 25^o, onde dizia “art^o 20^o”, devia ler-se “art^o 19^o”. Acrescentou que as questões mais debatidas se prenderam com a intervenção do público e o termo das sessões das Assembleias Municipais. Referiu que outra questão debatida se prendia com a informação a agregar às convocatórias para as sessões da Assembleia Municipal, que considerava que devia ser mais densa, completa e objectiva, passando a incluir mapas e gráficos com plantas à escala. Referiu que foi considerada a hipótese de criar uma Comissão permanente de apoio à Assembleia, mas que depois não foi prosseguida. Por fim, informou que foi criado um índice de forma a facilitar a consulta do regimento e que estava à disposição para qualquer esclarecimento que considerassem necessário.

A deputada **Alice Marques** questionou se não seria necessário que o artigo 17.º mencionasse a possibilidade de apresentação de moções, saudações, no período de antes da ordem do dia, uma vez que não via essa referência expressa na actual redacção do citado artigo. De seguida, referiu uma correcção a fazer no nº 1 do artº 21º (participação de eleitores), onde se lia “alínea c) do nº 1 do artº 10”, devia ler-se “artº 9º”.

O deputado **Rui Verdingola**, na qualidade de membro da Comissão de melhoramento e adaptação do regimento, salientou o clima positivo em que decorreram as reuniões. Neste sentido, agradeceu ao PSD da Marinha Grande as propostas de renovação apresentadas, dizendo que estavam de Parabéns pela forma positiva como contribuíram para o melhoramento do Regimento. Salientou que a questão da intervenção do público foi amplamente discutida, e que a sua preocupação foi sempre no sentido de dar mais dignidade, tal como defenderam durante a Campanha Eleitoral. Disse que pelo motivo de as sessões da Assembleia habitualmente terminarem muito tarde e o público só poder intervir no fim, tinham optado por estipular uma hora de encerramento das sessões, ou seja, às 24h, para que o público presente pudesse intervir. Acrescentou que para dar cumprimento ao termo das sessões às 24h, era necessário que cada membro da Assembleia orientasse e dirigisse as suas intervenções em função da ordem de trabalhos.

A deputada **Catarina Castro** fez algumas observações ao conteúdo do regimento, apresentando algumas sugestões de alteração a diversos artigos. No que dizia respeito ao artigo 3º do Regimento, que era uma transcrição do artº 46º da Lei, referiu que não constava o nº2, respeitante à destituição da mesa, o que na sua opinião não fazia sentido e que também devia ser contemplado. Relativamente ao artigo seguinte, deu conta que na transcrição da alínea e) do nº 1 do artº 46º, por lapso não tinha sido considerado uma parte do texto. Informou ainda de uma gralha no artº 5º, nº 2, alínea a) , onde consta “trabalhadores”, devia estar “trabalhos” e referiu também que no artº 6º, alínea d), o que estava transcrito também não era exactamente o que estava na Lei. Seguidamente, e na qualidade de mãe de uma criança pequena que estava em casa e de quem trabalhava fora da Marinha e não vivia em permanência na Marinha Grande, saudou a iniciativa de encerramento das sessões pelas 24 horas, apesar de não saber se seria praticável, deixando a incumbência do seu cumprimento ao Presidente da Assembleia. No respeitante ao artº 13º, respeitante à continuidade das sessões, deu conta que no anterior regimento havia a possibilidade de os grupos municipais ou 3 deputados poderem pedir a interrupção das sessões por 10m, mas que na redacção actual, previa apenas a sua interrupção pelo Presidente da mesa. Relativamente ao artº 14º , nº 4, referente aos documentos que complementam a instrução do processo deliberativo respeitante a assuntos que integram a ordem de trabalhos, disse que não lhe parecia correcto que os mesmos não fossem distribuídos e ficassem apenas disponíveis para consulta desde o dia anterior à data indicada para a reunião. Referiu que na própria constituição estava consagrado o acesso aos documentos administrativos, e uma vez que as reuniões eram públicas, considerava que os documentos não deviam estar só colocados à disposição em locais públicos, mas que deviam também ser entregues aos deputados municipais. No respeitante ao período de intervenção do público, artº 19º nº 2, disse que não considerava correcto obrigar os cidadãos que se pretendessem inscrever para intervir, a identificar a sua morada, uma vez que era um dado pessoal, como tal estava sujeito à Lei de protecção de dados pessoais e a questões de privacidade consagradas na constituição. Referindo-se novamente à intervenção do público, quanto a dever ter lugar no início ou

no fim das sessões, esclareceu que de acordo com a Lei, o público devia intervir apenas no fim das sessões, no pressuposto que a Assembleia Municipal era uma democracia representativa, e como tal, eram os deputados que em primeira instância, apresentavam os problemas dos munícipes. Acrescentou que uma democracia participativa e representativa não podia pôr em causa o direito de as pessoas também se pronunciarem, pelo que, caso os seus assuntos não fossem abordados, dispunham de um período de tempo no final da sessão para intervir. Chamou ainda a atenção para o artº 24º, respeitante às regras do uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal, nomeadamente, para o exercício do direito de defesa da honra. A este propósito referiu que na redacção do artº 48º da Lei, se referia que os vereadores se deviam pronunciar também na solicitação do Presidente da Câmara ou seu substituto, ou do plenário, pelo que, considerava que neste artigo o regimento estava a ser redutor ao contemplar apenas a defesa da honra, sem prejuízo de se manter também aquele direito. Por fim, referiu-se ao artº 37º, respeitante as faltas, dizendo que lhe parecia exagerado considerar faltoso um membro da Assembleia que comparecesse passado 30 minutos sob o início dos trabalhos ou se ausentasse definitivamente antes do termo da sessão.

O **Presidente da Assembleia**, face às alterações ao regimento propostas pela deputada Catarina Castro, disse que era necessário definir uma metodologia de forma a permitir que fosse possível votá-las pelos deputados.

O deputado **João Saraiva** propôs a interrupção da sessão por 5 minutos para que a Comissão de revisão ao regimento reunisse com a deputada.

O **Presidente da Assembleia**, por sugestão do deputado, solicitou a interrupção da sessão por 5 minutos. Seguidamente pediu um esclarecimento relativamente à redacção do nº 3º do artº 8º e sugeriu que no nº 1 do artº 23º, onde se lê “5 m cada um”, se corrigisse para “cada uma”.

O deputado da CDU, **José Luís**, solicitou à deputada que indicasse efectivamente as alterações que pretendia ao Regimento, para discussão. Fez uma observação à deputada, alertando que podia ter apresentado as suas propostas à Comissão por intermédio do Dr. Rui Rodrigues, que estava em representação do PS, porque teria sido mais proveitoso.

O **Presidente da Assembleia** anunciou que ia interromper os trabalhos por 10 minutos, para que os membros da Comissão reunissem com a deputada e chegassem a consenso.

A sessão da Assembleia Municipal foi interrompida pelas vinte e duas horas

A sessão da Assembleia Municipal retomou pelas vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos.

O deputado **Rui Rodrigues** começou por dizer que as propostas da deputada Catarina Castro, na sua maioria, foram aceites, mas havia pequenas questões que não tinham sido contempladas. Disse que no respeitante à entrega de documentação e confidencialidade, por questões de natureza técnica, tinham que manter aquela redacção, mas isso não significava que os documentos não estivessem disponíveis. Reforçou que os documentos estavam à disposição de qualquer deputado, e que iriam retirar a palavra confidencialidade. Relativamente às faltas por motivo de atraso dos deputados, disse

que considerava que devia haver alguma maleabilidade da mesa, pelo que, só iria ser considerada falta se não fosse apresentada qualquer justificação. Relativamente à questão colocada pela deputada Alice Marques, informou que no entender dos membros da Comissão, as moções, votos de louvor e recomendações estavam compreendidas nos assuntos de interesse para o município. Assim, e dado que na generalidade as propostas foram aceites, apenas com aquelas duas ressalvas, sugeriu aos deputados que a nova redacção do regimento fosse aprovada.

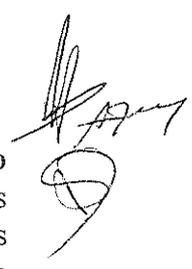
Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou a proposta de Regimento à votação, considerando as alterações introduzidas, resultando a sua aprovação por unanimidade com 24 votos.

Posto isto, passou-se ao segundo ponto da ordem de Trabalhos:

PONTO DOIS – “ACTIVIDADE CAMARÁRIA”

O **Presidente da Câmara**, com base no relatório apresentado, deu conta que no período em análise houve um aumento da produtividade da Divisão Administrativa e do Gabinete de Apoio Jurídico, quer no serviço de execuções fiscais, pela cobrança de créditos que se encontravam suspensos há alguns anos, quer no respeitante às contra-ordenações. Relativamente à DLOP, referiu que houve um aceleração dos prazos, quer de resposta, quer de licenciamento de projectos e que no respeitante ao Gabinete de Relações Públicas, houve alterações ao seu funcionamento no sentido de procurar dar respostas mais céleres aos problemas colocados pelos munícipes e sua satisfação. Dos acontecimentos mais significativos, o Presidente destacou a vinda de uma comitiva da Galiza; a realização da FAG; a Meia Maratona, a exposição no Museu Joaquim Correia e a distinção que foi dada ao artista Joaquim Correia pela Câmara do Seixal, pela sua actividade de escultor; as comemorações do 18 de Janeiro, reuniões de trabalho com as cidades geminadas; a vinda de uma comitiva de Fontenay-Sous-Bois, para aprofundamento das relações entre a Câmara e França, entre outras. Por fim, informou que no dia anterior lhe tinha sido entregue pela Administração Regional de Saúde, um relatório da visita efectuada ao espaço do novo mercado, no edifício Atrium, o qual não teve oportunidade de distribuir pelos deputados, lendo o seu conteúdo aos presentes. Acrescentou que simultaneamente tinha pedido a um funcionário da Câmara que redigisse um relatório mais pormenorizado, mas que não tinha sido possível finalizar até à hora da sessão. Seguidamente disse que estavam disponíveis para qualquer esclarecimento que os deputados quisessem colocar.

O deputado do PS, **Frederico Barosa**, comentou que estranhava que o relatório do delegado de saúde, não fizesse qualquer referência à Lei, e que lhe parecia mais a sua opinião pessoal. Seguidamente questionou a Câmara Municipal relativamente ao tipo de intervenção que previam para o vale Ribeiro de São Pedro, acrescentando que por se tratar da zona mais sensível de São Pedro de Moel, achava precipitado e um risco qualquer intervenção que ali se fizesse. Referiu que tal como defendido por aquele executivo, também era da opinião que se devia começar pela elaboração de Planos de Pormenor e de Urbanização que tivessem em conta aquela zona.



O deputado do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, **Paulo Vicente**, questionou a Câmara para quando estava prevista a discussão dos novos Protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, em virtude de os existentes terem caducado a 31 de Janeiro. Explicou que a necessidade se prendia pelo motivo de as Juntas terem de continuar a assumir custos e a praticar actos administrativos, nomeadamente, emissão de licenças de caça e licenciamento de velocípedes sem motor, a bem da população, para o que era necessário fazer retroagir aquelas competências delegadas, de forma a não serem considerados ilegais.

O deputado **Telmo Ferraz** começou por referir que o relatório apresentado pela Câmara Municipal não espelhava a quantidade de trabalho que o Presidente da Câmara disse que foi feito nos 4 meses de gestão daquele executivo. De seguida, fez referência que não obstante a polémica levantada, na sua opinião não adequada, era com agrado que agora via a Câmara a propor a candidatura do espaço da Cerca, juntamente com o Parque Mártires do Colonialismo a prémios de Turismo, acrescentando que concordava que era um espaço com condições para esse efeito. Relativamente ao mercado municipal disse que sem querer pôr em causa os conhecimentos das leis e as capacidades do Delegado de Saúde relativamente ao funcionamento dos mercados municipais, também estranhava que no relatório emitido por aquele não fizesse referências à Lei, e uma vez que se tratavam de opiniões pessoais, considerava importante que houvesse direito ao contraditório. Reforçou que a Câmara Municipal, do ponto de vista da gestão, devia ter em atenção o investimento que foi feito no espaço do novo mercado, e estar disponível para eventuais modificações ao layout, de forma a cumprir a Lei e simultaneamente tornar possível o funcionamento do mercado naquele espaço. Acrescentou que o actual mercado também não reunia as condições técnicas, de salubridade e de higiene necessárias ao funcionamento e por isso estranhava que o Delegado de Saúde e Presidente da Câmara não estivessem igualmente preocupados com essa situação. Referiu-se ao site da Câmara, solicitando que de futuro se disponibilizassem as actas das sessões de Câmara, que eram públicas, para consulta de todos os interessados. Seguidamente colocou algumas questões à Câmara Municipal relacionadas com o que estava contido no Programa Eleitoral da CDU, de forma a saber o que foi feito. Questionou o Presidente sobre que Plano de Urbanização e de Pormenor mandou elaborar, que reforço de redes de água ou de iluminação pública mandou estudar para concretizar em Plano e que estudo iniciou sobre as circulares e variante de sul da Praia da Vieira. No respeitante à educação e ensino, questionou se a Câmara mantinha o apoio às escolas ou se era intenção reduzir aqueles apoios, que as escolas já diziam ser insuficientes. Na cultura, questionou sobre o que foi feito em termos de defesa de património, nomeadamente, quanto à recuperação do Teatro Stephens; relativamente à infância, juventude e tempos livres, perguntou se estava a ser apoiada a Comissão de Protecção de Menores; quanto ao desporto, questionou sobre os apoios financeiros que estavam a ser dados para a prática desportiva e se a Câmara estava disponível para apoiar o Marinhense e seu projecto, viabilizando o negócio dos terrenos da Portela. Quanto à saúde e acção social, perguntou se encetou algumas das suas promessas, no âmbito do desenvolvimento económico, questionando como estavam os processos de alargamento das zonas industriais da Marinha Grande, Marinha Pequena e de Vieira de Leiria. Quanto ao mercado municipal, perguntou se se mantinha na actual localização, corrigindo as inconformidades funcionais ou se dadas as actuais condições em que o mercado actual funcionava, era intenção da Câmara construir um novo. Questionou sobre o ponto de situação do parque de campismo da Vieira de Leiria, dado que no

programa eleitoral era dito que era para fazer de imediato e também sobre o que estava ser feito para a promoção do Concelho no País e no estrangeiro. Por fim, disse que o papel da oposição PS era de apoiar todas as medidas importantes para o Concelho, mas também questionar e criticar a Câmara, relativamente àquilo que não fizera e prometera fazer.

O deputado **João Saraiva** referiu-se a duas questões que na sua opinião eram fundamentais e que gostava de ver definitivamente esclarecidas, nomeadamente, o mercado municipal e parque da Cerca. No respeitante ao mercado disse que lamentava que continuassem a surgir documentos desprovidos de fundamentação técnica e ausência de estudos concretos e objectivos, nomeadamente, a relação de vendedores/número de habitantes que frequentam aquele espaço, um cadastro, entre outros, que considerava fundamentais para a tomada de decisão política. Referindo-se ao Parque da Cerca disse que foi um assunto tratado com muita euforia mediática e que dos relatórios apresentados até à data, não resultaram conclusões técnicas, pelo que, gostaria de saber se era perigoso para a saúde pública.

Por fim, disse que quer relativamente ao Parque da Cerca, quer ao mercado municipal, era bom que se resolvessem estas situações como base em fundamentações técnicas e relatórios técnicos.

O deputado **Pedro Silva** começou por referir o que considerava uma prática corrente do PS, o facto de quando os resultados não eram favoráveis, punha em causa os laboratórios ou a competência técnica das pessoas, tal como se tinha verificado aquando dos resultados para atribuição da Bandeira Azul, ou relativamente às análises aos terrenos no Parque da Cerca. Neste sentido, disse que face ao relatório do delegado de saúde apresentado, relativamente ao novo mercado, como não era favorável ao PS, estava a ser posta em causa a credibilidade da pessoa, alegando a ausência de fundamentação técnica. Esclareceu os deputados que relativamente aos terrenos do Parque da Cerca não tinha sido contratado para fazer pareceres. Comentou que foi contratado pela Mortensen para fazer análises apenas a uma fracção do parque e não à sua totalidade, por isso não podia fazer extrapolações relativamente a toda aquela área. Acrescentou que não trabalhava para a Câmara e que não era contratado para fazer inventariações dos seus terrenos. Deu conta de um parecer do Instituto do Ambiente sobre aquela matéria, cujo conteúdo era muito vago e pouco preciso e do qual não se conseguia extrair nenhuma conclusão. Seguidamente, questionou a Câmara se era sua intenção aderir à bandeira azul naquele ano, tendo em conta o interesse para o Turismo da região.

Por fim, disse que não obstante o executivo da Câmara ter dito que pretendia a curto prazo acelerar os processos de licenciamento nas obras particulares, na verdade continuavam a verificar-se atrasos. Disse que uma vez que se tratava de uma fonte de receita importante para a autarquia, dada a dinâmica da construção na Marinha Grande, considerava que se deviam resolver rapidamente aqueles problemas internos de forma a os processos serem mais céleres.

O deputado **Saúl Fragata** começou por se referir à intervenção do deputado Telmo Ferraz em que fez um primeiro balanço à gestão autárquica daquele executivo. Recordou o deputado que os poucos meses desde a tomada de posse pelo actual executivo, foram de adaptação, e que aquele devia ter em conta a quadra natalícia e o fim do ano, que passaram. Disse que estranhava que os deputados do PS questionassem

a situação do mercado uma vez que não a conseguiram resolver nos últimos anos em que foram executivo, apesar do grande dispêndio financeiro que representou para a autarquia. Referiu que para além daquilo que foi pago a mais para a construção do mercado, relativamente ao que estava previsto, o deputado dizia que era preciso avaliar o que era necessário gastar a mais para que se melhorassem as respectivas condições e para que funcionasse. Relativamente à referência do deputado à variante da Praia da Vieira, recordou-lhe que o executivo anterior sempre disse que não era possível, por imposição do próprio Ambiente e por isso agora estranhava a questão.

O deputado **Rui Rodrigues** referiu que o relatório que o Presidente da Câmara tinha lido estava desprovido de fundamentação técnica que ajudasse a compreender a razão de alguns aspectos do novo edifício do mercado não estarem conformes e terem que ser corrigidos, não havendo referência à forma como deviam ser. Acrescentou que apesar de não estar familiarizado com aquelas questões, considerava que a partir do conjunto de problemas levantados e referenciados no relatório, podiam encontrar-se soluções de melhoria, por considerar que eram resolúveis. Comentou que o mercado, tal como funcionava actualmente, não tinha quaisquer condições e que era necessário equacionar os custos que se estava a ter com a manutenção do novo edifício do mercado, sem que lhe fosse dada utilidade. Por fim, disse que era altura de se tomar uma posição definitiva e esclarecer devidamente os munícipes, em vez de se evocarem relatórios com o objectivo de protelar e não fazer coisa nenhuma.

O Vereador **José Luís** debruçou-se sobre a informação financeira que tinha sido distribuída, evidenciando o que considerava um aspecto positivo, a diminuição da despesa corrente, bem como a diminuição da dívida, em especial a pequenos fornecedores. Referiu que na sua opinião a diminuição da despesa era reveladora de uma política do executivo de privilegiar o investimento e as obras estruturantes que se encontravam esquecidas, nomeadamente, saneamento básico, entre outros essenciais para a qualidade de vida dos munícipes. Acrescentou que nos anos de gestão do PS tinha havido uma visão de estagnação e de não desenvolvimento e conseqüentemente uma diminuição da qualidade de vida dos munícipes. Seguidamente, congratulou a Câmara pela conclusão de algumas obras importantes, nomeadamente, as do Urbcom e o início de outras há muito agendadas, como a beneficiação da antiga rua 1, na Embra. Evidenciou a actuação e a postura do actual executivo relativamente aos problemas dos empresários e dos trabalhadores das indústrias do Concelho, fomentando o diálogo e o empenhamento na resolução dos problemas. A este propósito referiu que a gestão PS nos últimos anos não tinha conseguido desbloquear os terrenos para a tão necessária expansão da zona industrial.

O deputado **Pedro André** começou por dizer que a Câmara devia ter fotocopiado o relatório do delegado de saúde e entregue cópia aos deputados no início da sessão. Recordou que as críticas dirigidas ao vereador do pelouro se tinham devido ao facto de não apresentar qualquer documento escrito relativamente ao novo edifício do mercado e aos problemas detectados, mas que no presente, que se conhecia o relatório do delegado de saúde, era dito que não havia referências à lei e portanto não havia fundamentação. Acrescentou que havia aspectos que não tinham sido considerados pelo anterior executivo, apesar de não estarem expressos na Lei, mas que considerava que o bom senso e a responsabilidade política deviam obrigar a que antes da construção do edifício

do mercado, se tivessem consultado os principais interessados, o que não se verificara. Disse que na sua opinião se deviam apurar responsabilidades políticas.

O **Presidente da Assembleia** interrompeu a sessão para recordar que o regimento que estava em vigor previa o encerramento das sessões à meia-noite e uma vez que já estava na hora, questionou os presentes se pretendiam interromper ou prosseguir a sessão. Dado que ninguém se opôs, informou que a sessão ia prosseguir.

A deputada **Catarina Castro** começou por questionar a Câmara quanto à eventual reabertura da rua Dr. Adolfo Leitão (conhecida por Rua do Topis) ao trânsito. Deu conta que os comerciantes daquela rua lhe disseram que foram contactados pela Câmara para remover as estruturas que estavam colocadas na via pública, frente aos seus estabelecimentos e que serviam de esplanadas, para substituição por outras estruturas amovíveis. Neste sentido, questionou a Câmara se a intenção era que se colocassem as esplanadas durante o Verão e retirassem durante o Inverno, para circulação do trânsito. Solicitou ao executivo que tivesse em consideração que aquelas estruturas tinham sido pagas pelos vendedores, na expectativa da sua duração, e que agora se viam confrontados com a necessidade de fazer novos investimentos. Seguidamente solicitou esclarecimentos sobre o que estava previsto para o vale de São Pedro, por se tratar de uma questão muito sensível e preocupante e motivo de muita especulação. De seguida apresentou uma reclamação por parte dos comerciantes de São Pedro de Moel, pela falta de Ecopontos e por os existentes estarem permanentemente cheios, obrigando a que colocassem os detritos nos caixotes de lixo existentes, que não deviam servir para esse efeito. Seguidamente referiu-se a uma outra questão, dizendo que apesar de não depender da Câmara, solicitava a sua colaboração junto das entidades competentes, no sentido de providenciar uma outra paragem para autocarros em São Pedro de Moel, que ficasse na entrada. Disse que na prática alguns condutores já paravam nesse local, a pedido dos passageiros, mas que era necessário, por razões de segurança, que se tornasse legal. Informou ainda que os horários dos autocarros entre Marinha Grande e São Pedro de Moel, no período de férias escolares, eram insuficientes e não estavam ajustados às necessidades das pessoas. Referiu-se também a algumas queixas de insegurança por parte das pessoas que aguardavam na paragem existente, sobretudo no período do final da tarde, em que eram assediados por alguns automobilistas, solicitando que junto da polícia se providenciasse algum policiamento. Revelou também que junto da Rodoviária Nacional, na parte lateral, onde as pessoas aguardavam a paragem das camionetas, não existiam caixotes do lixo e as pessoas não se deslocavam para os locais em que eles se encontravam, solicitando que colocassem um naquele local. Seguidamente chamou a atenção da Câmara para a questão da gripe de aves e a necessidade, caso aparecessem animais mortos em zonas públicas, de alertar as autoridades. Referiu-se também ao horário de funcionamento da Biblioteca Municipal, por não ser compatível com a disponibilidade dos pais para poderem visitá-la com os seus filhos, tendo assistido ao encerramento da sala infantil pelas 17h, por falta de funcionários, e da própria Biblioteca aos Sábados de manhã, não considerando ser a melhor forma deste espaço funcionar.

O deputado da CDU, **Artur Marques**, comentou que estava surpreendido com a atitude do PS, esclarecendo que o curto espaço de tempo que mediou desde a tomada de posse por parte do actual executivo, era natural que não tivessem conseguido concretizar muitas das coisas que propunham. A este propósito, referiu-se ao mercado municipal,

dizendo que estranhava que se exigisse à CDU que resolvesse aquele problema, quando o PS não o conseguira resolver durante os seus mandatos. A este propósito disse que reconhecia que o mercado actual não tinha condições de funcionamento, no entanto, não sabia quais as alternativas, uma vez que a autarquia não possuía dinheiro para fazer as alterações necessárias, dado os gastos do anterior executivo. Finalizou dizendo que para resolver a situação do mercado, a autarquia devia promover um debate público.

O deputado do PS, **João Cruz**, em correcção ao que foi dito, esclareceu que de acordo com o resumo da situação financeira do município, estavam à disposição da Câmara cerca de 2 milhões, sendo que 1 milhão 728 eram para pagamento de dívidas, restando cerca de 300 mil euros, pelo que não podiam dizer que a Câmara não tinha dinheiro. A este propósito questionou a Câmara, pela razão de não estar a efectuar pagamentos das dívidas, por considerar que a Câmara, enquanto entidade de bem, devia fazê-lo e por haver dinheiro disponível. Neste sentido, solicitou que de futuro a Câmara juntasse uma informação anexa ao mapa das dívidas com esclarecimentos daquelas que estavam em atraso há mais de 90 dias e qual o motivo. De seguida, esclareceu o deputado José Luis que apesar da aparente descida das despesas correntes, devia ter em conta que o mapa distribuído se reportava a 14 de Fevereiro, como tal, ainda não estava contemplado o processamento de vencimentos, que era cerca de 400 mil euros, e os encargos correntes com as dívidas, que eram processados periodicamente, como também, as transferências para as Juntas de Freguesia, que estavam por fazer, pelo motivo de os protocolos não estarem em vigor. Por fim, evocou o artº 15º do Regimento, para solicitar à Câmara informações sobre a TUMG, de natureza económico-financeira, pelo motivo de a Câmara participar no seu capital.

O deputado e Presidente da Junta de Freguesia, **Francisco Duarte**, referiu que a Marinha Grande não era apenas o mercado municipal, Parque Mártires do Colonialismo, parque da cerca e São Pedro de Moel, alertando para o problema dos lugares limítrofes e a carência das populações que aí habitavam. Referiu também a necessidade urgente de se negociarem e assinarem os protocolos das Juntas de Freguesia.

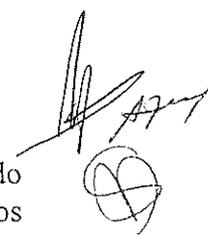
O deputado **João Saraiva** referiu uma questão que na sua opinião era um exemplo de uma boa medida política que se transformara num mau procedimento técnico, a iluminação do jardim público da Marinha Grande. Revelou que para dar maior visibilidade àquele jardim e evitar a sua ocupação por toxicodependentes, tinham sido instalados cabos e quadros eléctricos que se encontravam pregados às árvores, situação esta que se mantinha há mais de dois anos. Neste sentido, questionou a Câmara se foi feita alguma vistoria pelas entidades competentes e por quanto tempo se iria manter aquela situação.

O deputado **Rui Verdingola** questionou o Presidente da Câmara sobre a situação da Moita, nomeadamente, o tipo de intervenções que estavam pensadas para aquela freguesia, que era bastante importante, e que a Câmara devia ter a preocupação de organizar. Por fim, pediu ao Presidente da Assembleia um cuidado acrescido, de forma a que não se continuasse com este modelo nas sessões da Assembleia, que não levavam a lado nenhum, com muitas conversas cruzadas e discussões, apelando aos deputados a que fizessem intervenções mais positivas.



O deputado **Pedro André** recordou os deputados que no início da sessão tinham aprovado um regimento que impunha regras que depois ninguém cumpria, e que era importante dar uma maior credibilidade á actividade política e que todos se esforçassem por cumprir. Seguidamente questionou a Câmara se tinha havido algum fundamento para uma notícia na comunicação social, sobre um eventual mau estar na autarquia, entre executivo e seus funcionários. No respeitante à situação financeira, pediu que o esclarecessem se havia justificação para a diferença existente na execução orçamental, solicitando que de futuro a Câmara juntasse mapas em que estivessem em análise as mesmas datas, apesar de anos distintos. No respeitante às dívidas a longo prazo, questionou porque motivo havia dívidas com prazo superior a 1 ano e meio, sugerindo que de futuro, colocassem notas indicando quais as que se encontravam em contencioso. Por fim, questionou a Câmara para quando previa a apresentação do Orçamento à Assembleia para aprovação.

O **Presidente da Câmara** começou por dar resposta às solicitações dos deputados dizendo que esperava corresponder às expectativas. Referiu-se em primeiro lugar ao relatório do delegado de saúde sobre o mercado, esclarecendo que não foi seu autor, apenas pediu ao técnico responsável que o redigisse. Disse que não lhe competia dar orientação para a elaboração daquele tipo de relatório e que apesar de se tratar de um funcionário da Câmara, tinha autonomia e que por esse motivo não se sentia responsável. Deu conta que ainda não tinha tido oportunidade de analisar o documento em causa por o ter recebido horas antes do início da sessão mas que tomara notas que serviriam para orientar a sua análise bem como a proposta a apresentar aos seus colegas do executivo na reunião de Câmara seguinte. Relativamente ao Vale de São Pedro de Moel referiu que não entendia a preocupação manifestada pelos deputados e explicou que a intenção da Câmara ao intervir naquele espaço tinha sido de promover a sua limpeza, retirando as capoeiras existentes e alguns telheiros em situação irregular. Reforçou que a preocupação do executivo tinha sido a de fazer um projecto que preservasse o Vale, tornando-o mais bonito, reflorestando-o, colorindo-o com mais verdura, sempre com a preocupação de defesa da Natureza. Esclareceu que o executivo de que fazia parte era o primeiro defensor do Vale e da riqueza que ele constituía para a população da Marinha Grande e para o turismo. Relativamente aos Planos de Urbanização e de Pormenor, informou que tal como constava no seu programa eleitoral, estavam a desenvolver todos os procedimentos de forma a adjudicar os principais Planos que importavam elaborar, lamentando não poderem adjudicar todos quanto o concelho precisava, por serem muito dispendiosos. Reforçou que três meses não eram suficientes para poder mostrar muito coisa feita, no entanto, convidou todos os que estivessem interessados, a assistir às reuniões de Câmara, para acompanhar a actividade desenvolvida e participar na vida cívica e gestão da autarquia. No respeitante aos protocolos com as Juntas de Freguesia, esclareceu que era intenção da Câmara dar-lhes continuidade e que estavam a trabalhar nesse sentido. Informou o Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria que muito brevemente seria contactado para uma primeira abordagem relativamente aos protocolos, que depois seriam discutidos pelo executivo e que esperava poderem ser discutidos em reunião de Câmara dentro de 15 dias. Relativamente à intervenção do deputado Telmo Ferraz, disse que agradecia as questões colocadas, mas que não concordava com o tom utilizado por aquele, nem com algumas das críticas que fez, dada a seriedade deste executivo. Em resposta a algumas das questões colocadas pelo deputado, começou por esclarecer que havia um maior número de processos de obras despachados por este executivo, nomeadamente de empreiteiros e



outros particulares que tinham projectos de obras há anos e que nunca tinha obtido qualquer resposta por parte da Câmara. Acrescentou que se os documentos distribuídos não eram suficientes para o esclarecer devia dirigir-se à Câmara para constatar os processos despachados e verificar que não havia fundamento para as críticas. No entanto, disse que reconhecia a existência de atrasos e que ainda necessitava de algum tempo para por as coisas em ordem, como era seu objectivo. Relativamente à Cerca disse que não lhe deviam ser dirigidas quaisquer críticas porque não tinha sido a CDU, nem ele próprio, que desencadearam toda a polémica que houve em torno desta questão. No respeitante à candidatura de alguns espaços a prémios de Turismo, nomeadamente, o Parque da Cerca, disse que era uma oportunidade a tirar partido. Reforçou que não pretendiam dizer mal das obras feitas, nem criticar o trabalho feito pelo anterior executivo, mas que discordava das prioridades estabelecidas anteriormente, em que o executivo privilegiara determinado tipo de obras que não aquelas que eram privilegiadas nos quadros comunitários, nomeadamente, saneamento. Disse que o actual executivo tinha o saneamento por realizar, dado que o existente não tinha capacidade de resposta para as necessidades, e que pensavam que não teriam a possibilidade de recorrer a apoios para a sua concretização. Quanto ao apoio às colectividades, nomeadamente, ao ACM, disse que o executivo mantinha a mesma política de apoios, a qual, desde que tomaram posse, não teve qualquer alteração. Relativamente ao projecto de construção para os terrenos do Marinhense, esclareceu que havia um projecto a apresentar na próxima reunião de Câmara, que estava a ser apreciado pelos técnicos para o efeito. Referindo-se às instalações do actual mercado e condições de financiamento, disse que não era justo que se atribuísse ao seu executivo, com apenas três meses de exercício, culpa pela situação degradante em que se encontrava. Reforçou que em 12 anos nada se fez de forma a pelo menos manter as condições de salubridade que aquele espaço obrigatoriamente devia cumprir. Deu conta que o anterior executivo gastou cerca de 60 mil contos em projectos para o edifício do novo mercado, enquanto nada foi dispendido no mercado actual, que dava uma má imagem da Marinha Grande. Disse que dali para a frente seria responsável pelo espaço do mercado e que concerteza este executivo iria procurar resolver aquela situação. Acrescentou que aguardavam o resultado de uma vistoria para depois procurar a solução mais correcta.

Seguidamente agradeceu a sugestão de se colocar as actas de reunião de Câmara no site, dizendo que em breve procuraria dar resposta.

No respeitante ao reforço da iluminação pública disse reconhecer que ainda havia um longo trabalho a desenvolver, no entanto, já tinham procurado reforçar algumas situações mais urgentes. Quanto à elaboração de estudos respeitantes à circulação na cidade, disse que existiam alguns que foram solicitados pelo anterior executivo e que foram muito caros à população da Marinha Grande, pelo que, não tinham intenção de pedir mais. Reforçou que como aqueles estudos eram instrumentos muito dispendiosos, em primeiro lugar iam verificar se havia condições de os pôr em prática. Acrescentou, a este respeito, que o executivo estava empenhado em levar por diante aquilo que prometeu e que era capaz, mas também aquilo que não prometeu mas que se tornava necessário concretizar nesta área.

Referindo-se aos apoios à educação e ensino disse que a política de apoios continuava a mesma e que não houve qualquer redução. Acrescentou que se fosse necessário alguma redução aos mesmos, seria por razões alheias à sua vontade, nomeadamente, restrições originadas pelo Orçamento Geral de Estado. Deu conta que mantinham o apoio aos almoços das crianças, facto que foi assumido pelos diversos executivos e que apesar de se tratar de uma competência transferida pelo Governo, que só agora foi legislada, nunca



se verificou a atribuição das respectivas verbas. Quanto ao projecto do Teatro Stephens disse que ainda estava em apreciação, e como se tratava de um projecto muito dispendioso, não sabiam se tinham disponibilidade para o pôr em prática. Reforçou que tinham interesse na remodelação daquele espaço, que era uma necessidade há muito sentida pelos marinhenses, dado que a freguesia da Marinha Grande não era dotada de um cinema com dignidade. Relativamente ao alargamento da Zona Industrial disse que tinham encetado diversos contactos telefónicos no sentido de serem recebidos pelo Director do Património, que era quem actualmente detinha aquele assunto. Disse que neste momento necessitavam de tempo, de forma a poder cumprir com aquilo que prometeram, e que acreditavam poder resolver a questão do alargamento da Zona Industrial nos anos quatro anos que se seguiam. Quanto ao Parque de Campismo de Vieira de Leiria, reforçou que não fazia parte das suas promessas eleitorais, porque as condições que perspectivava encontrar na Câmara, não lhe permitiram fazer esse tipo de promessas, e que por esse motivo não esperava que o assunto lhe fosse colocado. Acrescentou, no entanto, que a Câmara procurou fazer algo, mas que se tinha deparado com inúmeras dificuldades, nomeadamente, o estado de degradação do Parque, que inclusive necessitava de novas instalações, e que significava um grande investimento financeiro, e posterior aprovação pela Direcção Geral de Turismo. Referiu que a estes problemas acrescia o facto de o proprietário do Parque não pagar a água, nem fazer a manutenção daquelas instalações, para além de outras inconformidades detectadas. Disse que apesar das dificuldades e problemas detectados estavam empenhados em encontrar uma solução.

Relativamente à possibilidade de a Câmara apresentar candidatura à bandeira azul, informou que remeteu o assunto à pessoa competente nos serviços, a qual já respondeu. Disse que apesar de não ter tido oportunidade de ler com profundidade a resposta daquele, da leitura que fez, considerava que não era favorável para o Concelho. Relativamente às notícias que saíram na comunicação social de existir mau estar entre executivo e funcionários da Câmara, comentou que haviam alguns órgãos de comunicação social, que serviam mais interesses partidários. Esclareceu o deputado Pedro André que não tinha procedido à distribuição de cópias do relatório do delegado de saúde respeitante ao mercado, porque quando o recepcionou os documentos já tinham sido distribuídos pelos deputados. Às questões colocadas pela deputada Catarina Castro, começou por referir que considerava que as esplanadas existentes em São Pedro de Moel, não eram condizentes com as urbanizações envolventes, pelo que, considerava necessário amenizar esse impacto negativo. Acrescentou que as esplanadas existentes, além de feias, eram ilegais, e que a ideia da Câmara era criar uma alternativa de forma a que as esplanadas pudessem servir no verão e se retirassem durante o Inverno, caso não se justificasse a sua permanência. Disse que era necessário que os comerciantes comesçassem a pagar taxas pela ocupação durante o Inverno, contrariamente ao que vinha a acontecer. Quanto à possibilidade de abertura daquela rua ao trânsito disse que apesar de na sua opinião pessoal se justificar, a Câmara não detinha dinheiro e por isso não era prioritário fazê-lo. Relativamente ao facto de os contentores serem em número insuficiente, disse que já deu indicações no sentido de se colocar mais. No respeitante à paragem de autocarros em São Pedro de Moel, deu conta que a Câmara ia redigir uma carta no sentido de se criar outro local de paragem, como também, solicitar a possibilidade de rectificação dos horários, dado tratar-se de uma necessidade da população. Quanto às questões de segurança, informou que ia solicitar a colaboração da polícia, para vigiar mais o local da paragem. Relativamente à gripe das aves informou que a autarquia recebia diversas alertas por parte do Ministério da Saúde, que

encaminhava sempre para o médico veterinário e para o responsável pelo ambiente na autarquia, pelo que, considerava que a situação estava devidamente acautelada. No respeitante ao horário da biblioteca esclareceu que devido à necessidade da autarquia reduzir as horas extraordinárias, estipularam um novo horário de funcionamento, que reduzisse o trabalho extraordinário e não prejudicasse os utentes daquele espaço. Acrescentou que solicitou à responsável pela Biblioteca, que transmitisse quaisquer inconvenientes que aquelas alterações provocassem aos utentes da biblioteca.

Quanto às questões respeitantes à situação financeira, colocadas pelo deputado João Cruz, o Presidente disse que não estava certo das razões da posição tomada pelo deputado, e que de momento não estava em condições de lhe responder. Disse que iria aprofundar melhor alguns aspectos e que teria que esclarecer algumas questões com a chefe da Divisão Financeira da autarquia. Relativamente à informação que solicitou respeitante à TUMG, disse que registava o pedido e como não dominava estas questões, iria ter em conta de futuro.

No respeitante às variantes informou que estava a estudar a questão com os técnicos e que já tinham realizado algumas reuniões com os responsáveis pelo Instituto de Estradas. Disse que se houvesse a possibilidade de arranjar apoios a Câmara avançaria com aqueles projectos.

Esclareceu ainda os deputados que a Moita não estava esquecida e que iam dar cumprimento ao que prometeram em Campanha Eleitoral. Comentou que haviam algumas obras adjudicadas e que muito em breve se iria proceder à ligação do saneamento da Moita à ETAR.

Por fim, referiu-se ao Orçamento da Câmara, explicando que apesar do esforço no sentido de o concretizar, ainda não foi possível, pelo que, optaram por aproveitar o prazo excepcional que foi concedido. Acrescentou que estavam a trabalhar no sentido de o concretizar e que esperavam muito em breve poder apresentá-lo aos deputados.

O **Presidente da Assembleia** disse que ia passar a palavra ao público presente para intervir, pedindo que se identificassem. De seguida, informou que a partir da sessão seguinte da Assembleia quem quisesse intervir teria que se inscrever no início, mediante preenchimento de documento próprio, que se encontrava disponível junto da secretária da Assembleia.

Da parte do público, interveio o Sr. **Carlos Rosa** para dar conta de algumas necessidades de melhoria no cemitério da Marinha Grande, nomeadamente, a colocação de mais torneiras, em sítios diversos, e também a disponibilização pela autarquia de alguns baldes, junto das torneiras. Referiu também que se devia procurar outra solução para a colocação das flores velhas, que neste momento estavam a ser depositadas num tractor, colocado pela Câmara para o efeito, e como a recolha não era diária, originava maus cheiros. Disse ainda que considerava que se justificava a abertura do outro portão do cemitério, substituindo-o por um mais estético de forma a fazer por ali também entrada, dado que estava virado para o estacionamento. Por fim, solicitou que fossem colocadas cartas a indicar pessoas falecidas por vários locais.

O Sr. **Licínio Sousa** referiu-se à rotunda sita entre o ACM e os estaleiros da Câmara Municipal, dizendo que sempre foi polémica e solicitando que reanalisassem aquela situação, de forma a minimizar os problemas existentes.

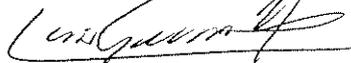
O **Presidente da Câmara** disse que registou com atenção os problemas colocados relativamente ao cemitério e como lhe pareceram questões relativamente fáceis de ultrapassar, disse que se comprometia a solucioná-las com brevidade. No respeitante à rotunda, disse que o executivo já tinha tomado algumas diligências e que tinha encetado negociações com um proprietário, no sentido de abrir um arruamento, o qual em troca solicitara determinadas condições para uma urbanização. Acrescentou que actualmente estavam a decorrer as negociações.

O senhor **Victor Santos** questionou a Câmara se estava prevista alguma iniciativa para marcar o início da época balnear em São Pedro de Moel. Acrescentou que era emigrante em França e como recomendava a visita ao Concelho a muitos estrangeiros, por questões de segurança, solicitava a colocação de mais iluminação em São Pedro de Moel.

Antes do termo da sessão, o **Presidente da Assembleia** recordou os deputados que no primeiro ponto da ordem de trabalhos foi aprovado um novo regimento da Assembleia que previa o termo das sessões à meia-noite, e que apesar disso a sessão se prolongara até às 2 horas da manhã.

Por nada mais haver a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada, pelas duas horas a sessão, cuja acta será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal



A 1ª Secretária



O 2º Secretário

